

A COLONIZAÇÃO NO ESPÍRITO SANTO ENTRE 1535 e 1700 E A CONTRIBUIÇÃO DOS DIVERSOS SEGMENTOS POPULACIONAIS NA FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICO-CULTURAL

Flávia de Cássia Gonçalves

INTRODUÇÃO

O contexto de análise deste estudo abrange desde 1535, ano de chegada de Vasco Fernandes Coutinho, donatário, a quem coube a sexta Capitania, no período de estabelecimento do sistema de Capitânicas Hereditárias,¹ com a finalidade de ocupação político-territorial e gestão econômica das terras brasileiras pela Coroa Portuguesa, até o início do século XVIII.

Como aspecto mais relevante de análise, privilegiamos a questão da ocupação do solo, promovida com a contribuição de segmentos populacionais, com ênfase para os índios, como os donos da terra, passando pelos portugueses, como os conquistadores, estando entre esses, além de educadores, os cristãos-novos e sua contribuição para o estabelecimento de engenhos de açúcar, os jesuítas e seu papel como produtores de gêneros para consumo interno, os negros, como mão-de-obra para o cultivo da cana-de-açúcar, de gêneros alimentícios para a Capitania e, posteriormente, do café.

¹O regime de capitânicas hereditárias foi instituído por D. João III, em 1534.

OS LIMITES

A carta de doação da Capitania data de 1.º de junho de 1534. Seus limites, o rio Mucuri ao norte e o Itabapoana ao sul, foram definidos pela Carta-Régia do mesmo ano.

...de cinqüenta léguas de terra na dita costa do Brasil, as quais começarão na parte onde acabarem as cinqüenta léguas de que tenho mercê a Pedro de Campos Tourinho e correrão para a banda do sul tanto quanto couber nas ditas cinqüenta léguas entrando nesta capitania quaisquer ilhas que houver, até dez léguas ao mar na fronteira e demarcação destas cinqüenta léguas, de que assim faço mercê ao dito Vasco Fernandes, as quais cinqüenta léguas estenderão na mesma largura pelo sertão a dentro quanto puderem entrar e for de minha conquista (Moraes, 1971).

VASCO FERNANDES COUTINHO COMO REFERENCIAL PORTUGUÊS EM SOLO CAPIXABA

Em seu livro *Donatário, Colonos, Índios e Jesuítas*, Nara Saletto trata do início da colonização do Espírito Santo, analisa a biografia de alguns ícones da história colonial capixaba, focalizando inicialmente a de Vasco Fernandes Coutinho e a da incipiente população que o acompanhou, definida pela historiografia como cerca de 60 homens, entre os quais, degredados.

De forma resumida e contrariando a visão da historiografia nacional, Saletto define as características de Vasco Fernandes Coutinho como um nobre português, de carreira militar, na qual se distinguiu por sua bravura; ocupou posições de grande destaque na Coroa Portuguesa, que lhe renderam alguma riqueza. Como homem do século XVI, Vasco Fernandes Coutinho sentiu-se seduzido pela atmosfera mítica do “paraíso tropical” e se lançou ao “empreendimento colonizador” em “terras capixabas”, com seus próprios recursos.

Entretanto os poucos recursos financeiros e a ação de resistência dos indígenas dificultaram a ação ocupacional e provocaram certa descentralização administrativa. A necessidade de conquistar aliados e mais recursos da Coroa levaram Coutinho a se ausentar da Capitania, dando margem a certas

interpretações acerca dessa ausência e gerando um certo desprestígio em seu poder político, que ganhou ares de difamação na boca de Duarte de Lemos, antigo responsável pela sesmaria da Ilha de Santo Antônio. Duarte Lemos havia se sentido traído quando, em 1550*, Coutinho transferiu a sede da Capitania, em virtude de sua posição geoestratégica, para a ilha de Santo Antônio, que passaria a chamar-se Vila de Vitória, fato que também corroborou para o desprestígio do donatário junto à Coroa Portuguesa e, posteriormente, para a formação de um imaginário de fracasso em torno da figura do donatário.

Há controvérsias acerca da data de transferência da sede da capitania, mas para José Teixeira de Oliveira, em *História do Estado do ES*, pode-se fixar em 1550, quando o povoamento passou oficialmente ao status de Vila, já como o nome de Vila de Vitória, visto que há uma provisão que antecede de 1550, passada por Antônio Cardoso de Barros, provedor-mor da Fazenda, na qual se lê: “Faço saber aos que nesta virem, que nesta Vila de Vitória do Espírito Santo, Capitania de Vasco Fernandes Coutinho...

O CONTRA-SENSO DA CARACTERÍSTICA DA POPULAÇÃO FORMADORA DO BRASIL E, CONSEQÜENTEMENTE, DO ESPÍRITO SANTO

Ao falar em degredados, pretendemos apontar as características daqueles que formaram a população brasileira, ou seja, criminosos, prostitutas, entre outros. Entretanto, quando se explicitam os crimes punidos com o degredo, observamos que são, em sua maioria, crimes leves, como a feitiçaria, o beijo na face e outros.

Segundo Freyre (1933, p. 93), antes de tratar do degredo é necessário estudar o estrito critério da jurisprudência criminal portuguesa nos séculos XV e XVI.

OS ÍNDIOS COMO OS DONOS DA TERRA

Nos limites estabelecidos na Carta-Régia de 1534, segundo Perota, encontravam-se os índios do grupo lingüístico Tupi-Guarani, os Tupiniquim, os Tupinambá e os Temiminó, habitando a faixa costeira e porções dos vales

do rios Cricaré, Doce e Itaúnas; e os do grupo lingüístico Jê, conhecidos genericamente como Botocudo, habitando áreas ao longo do vale do rio Doce.

Flagramos aí a contradição na análise da etno-história do índio em “terras capixabas”, quando atribuímos aos chamados Botocudo toda a hostilidade empreendida contra o donatário e seus homens, fato verificado num contexto de migração desse grupo pelo vale do rio Doce, decorrente da ocupação da região por grupos mineradores, posteriormente ao estabelecimento da Capitania, no momento de avanço desse grupo para a região ao norte.

A história da resistência indígena no Espírito Santo, nos primeiros séculos de colonização, marca a análise acerca da administração da Capitania pelo donatário Vasco Fernandes Coutinho e seus sucessores, como um dos fatores responsáveis por seu fracasso econômico, se é que houve fracasso, e posterior desprestígio político econômico do Espírito Santo. Entretanto podemos analisá-la como sucesso, na perspectiva dos colonizados, que conseguiram resistir ao avanço devastador sobre sua cultura.

Tais análises ignoram a contribuição indígena para a sustentação econômica da Capitania e da própria colonização, inicialmente na extração do pau-brasil e, posteriormente, com a vinda dos jesuítas e suas missões, na produção de gêneros alimentícios, como a farinha de mandioca, produto por excelência cultivado na capitania.

E ainda há relatos, segundo Neida Lúcia Moraes, sobre a colaboração de índios contra as investidas de franceses no Brasil, como o envio de expedição da Capitania do Espírito Santo para a expulsão dos franceses da Guanabara, na Capitania do Rio de Janeiro: eram os Tamoio e Temiminó, sob o comando do índio Araribóia; e na Capitania do Espírito Santo, o líder indígena Maracajaguaçu, índio Tupi que resistiu ao ataque dos franceses no sul, às margens do rio Itapemirim, ou seja, eram índios aliados dos portugueses.

OS JESUÍTAS E SUA CONTRIBUIÇÃO

Analisando a contribuição jesuítica na formação capixaba, observamos que os aldeamentos na Capitania do Espírito Santo apresentavam característica “*sui generis*”: a utilização maciça de mão-de-obra escrava indígena, o que novamente levanta questionamentos acerca da visão da contribuição dos índios para a colonização do solo espírito-santense.

Em 1549, a Companhia de Jesus aportou em terras brasileiras, sob o comando do Padre Manuel da Nóbrega, com o objetivo de difundir sua ação missionária - a cristianização dos nativos. Por volta de 1551, apresentou-se em solo capixaba com o Padre Afonso Brás, que relatou suas impressões: *“Esta, onde ao presente estou, é a melhor e mais fértil...”* (Leite, 1945).

Padre Afonso Brás fundou o colégio São Tiago, o primeiro da Capitania (atualmente Palácio Anchieta), em 25 de julho de 1551. Entretanto, segundo José Teixeira de Oliveira, não permaneceu no Espírito Santo. Para substituí-lo, foi indicado como superior o padre Brás Lourenço, que não obteve resultados satisfatórios na catequese do gentio em sua permanência aqui, por cerca de dez anos. Sucedeu-o em 1564 o padre Manuel de Paiva.

OS GRANDES ÍCONES DA PRESENÇA JESUÍTICA

A viagem de frei Pedro Palácios ao Espírito Santo é relatada por Frei Jaboatão.² Segundo Guilherme Santos Neves, Pedro Palácios foi o primeiro a difundir o Evangelho para o gentio na Capitania do Espírito Santo. Além disso, conforme narra Nara Saletto, empreendeu a construção de uma ermida no alto de um rochedo, que foi aprimorada após a sua morte e se tornou conhecida como ermida da Penha. Novamente reformada em 1637, a ermida tornou-se convento, vindo a adquirir a forma atual do convento da Penha em fins do século XVIII

O desafio jesuítico na Capitania do Espírito Santo gira em torno da figura de Anchieta que, na visão da historiadora Nara Saletto, foi o grande referencial da presença jesuítica nestas terras. Anchieta esteve diretamente ligado a questões políticas da Capitania, entre as quais a posse da donatária Luísa Grimaldi,³ após a morte do segundo Vasco Fernandes Coutinho, em 1589. Além disso, durante o tempo que passou no Espírito Santo, exerceu papel de destaque na catequese dos índios, fundando em 1579, segundo Celso Perota,

2 Crônica publicada no Correio da Vitória, n.º 72, de 28-6-1872.

3 A primeira donatária do Brasil gerou controvérsias no que tange ao seu sobrenome, escrito pelos historiadores como Grimaldi, Grimalda, e Grinaldi.

a Missão de Reritiba, com uma população indígena estimada em 7 mil índios, e em atividades literárias, elaborando uma gramática da “língua brasílica” e produzindo, em pouco tempo, importante material para o ensino do tupi entre os jesuítas.

Segundo Celso Perota, dentre os aldeamentos jesuítas no Espírito Santo destacam-se, além da Missão de Reritiba, a Missão de Muribeca, fundada em 1581, situada no sul do atual Estado, nas localidades de Itapemirim, Marataízes, Itabapoana, com uma população indígena estimada em torno de 5 mil índios, Missão que se destacou, com a criação do gado, como importante pólo econômico e de abastecimento das demandas internas da Capitania; a Missão de Araçatiba, em Viana, que produzia cana-de-açúcar; a de Itapoca, situada na região do atual município de Cariacica, que produzia farinha de mandioca, e a de Carapina, que produzia legumes.

Os jesuítas interessaram-se também pela exploração mineralógica, envolvendo-se na busca de esmeraldas. Os inacianos conseguiram um alvará e organizaram expedição dirigida pelo padre Inácio Siqueira, entrando pelo sertão em 1636 e atingindo o atual Estado de Minas Gerais que, naquela época, pertencia à Capitania do Espírito Santo.⁴

É pertinente destacar que não pretendemos com essas afirmações negar o inegável, ou seja, a ação devastadora dos jesuítas contra a cultura indígena, mas sim levantar a contribuição, nesse intercuro cultural, para a formação da população capixaba, ação que está presente ainda hoje no cotidiano da população, mesmo porque a história não deve figurar como juiz do passado. Visto que esse já não pode mais ser mudado, a inserção do historiador deve situar-se no presente, tendo o passado como referencial, denunciando fatos que comprovem as atrocidades humanas, mas analisando-os sempre em seu tempo, num contexto mental diverso do seu, para que as pessoas não sejam declaradas heróis ou bandidos, devido a análises anacrônicas do passado, a partir de juízos de valor do presente. A história deve pautar-se sobretudo em conceitos. Sendo assim, como “empreendimento colonizador”, a ação dos jesuítas foi decisiva, contribuindo para a própria formação das características

4 Para se aprofundar no assunto, ler o artigo do Bispo Sebastião Nery sobre as anotações a respeito da obra do Padre Pires Martins, que trata da organização jesuítica na Capitania do Espírito Santo, publicada pelo Instituto Histórico Geográfico, em 1940, na revista n.º 13.

político-econômico-culturais da nação emergente. Entretanto, para a cultura ameríndia e posteriormente africana, essa ação foi devastadora e de uma violência sem precedentes.

OS CRISTÃOS- NOVOS

A presença de cristãos-novos constitui-se importante contribuição no estabelecimento dos engenhos de açúcar e no comércio na Capitania do Espírito Santo.⁵ Para José Gonçalves Salvador, a vinda de cristãos-novos para esta Capitania deveu-se ao fato de estarem ocorrendo visitas do Santo Ofício às capitanias do norte do Brasil. As visitas do Santo Ofício ao Espírito Santo teriam ocorrido em 1591, 1618, 1627 e em 1628, conduzidas por Luís Pires da Veiga. Processos do Santo Ofício da segunda década do século XVIII mostram ainda a presença de cristãos-novos no Espírito Santo, apesar das condições da Capitania. Entretanto, segundo Salvador, não se sabe exatamente como a Visitação agiu, embora se acredite que deva ter sido menos rigorosa, em virtude de haver no próprio clero eclesiásticos de ascendência judaica. É válido destacar que os cristãos-novos jamais foram realmente impedidos de fugir ao cerco que as leis impunham: através de recursos financeiros, obtinham licenças especiais, visto que a Coroa Portuguesa carecia não somente de tais recursos, mas também de contingente humano para a colonização do “Novo Mundo”.

Entre os cristãos-novos de destaque, Nara Saletto cita Marcos de Azevedo, como representante da elite colonial emergente nos primeiros séculos da colonização, proprietário de um dos maiores engenhos da época, exercendo por isso cargos na administração colonial. José Gonçalves Salvador ainda cita diversos outros representantes da cultura judaica em terras capixabas, como a família Melo Coutinho, a família Roiz ou Barreto e a família Paredes.

No que concerne a essa contribuição judaica, é necessário explicar que os judeus fizeram do Brasil e, particularmente, da Capitania do Espírito Santo

⁵ Remeto a SALVADOR, José Gonçalves. *A capitania do Espírito Santo e seus engenhos de açúcar (1535-1700)*: a presença dos cristãos-novos.

sua nação, em virtude do processo inquisitorial que ocorria em Portugal e Espanha. Esse, por muitas vezes, foi o motivo da pena de degredo ao Brasil, o que de certa forma confirma aquela afirmação inicial sobre natureza dos degredados, não a atribuindo estritamente a crimes brutais.

A CONTRIBUIÇÃO DOS AFRICANOS

Um outro segmento populacional de importância crucial na formação do capixaba foi o negro, segundo Leonor de Araújo Santanna.⁶ O negro foi presença constante no Espírito Santo desde o século XVI, tendo como áreas de concentração no norte, São Mateus, no centro, Vitória, e no sul, Cachoeiro do Itapemirim. A concentração no litoral deu-se concomitantemente ao estabelecimento das fazendas e aldeias de jesuítas como centros de catequese e de abastecimento das demandas internas de gêneros alimentícios da Capitania, ou seja, os negros trabalharam ao lado dos índios.

Segundo Cleber Maciel, a importância dessas áreas para a distribuição dos escravos manteve-se mesmo após 1850, com a proibição do tráfico, pois ainda se recebiam escravos provenientes de contrabando. Segundo Nara Saletto, São Mateus formou-se como o maior centro de escravos da capitania.

Há uma grande dificuldade de fontes relacionadas à presença do negro nos primeiros séculos da colonização. Nara Saletto, em seu livro *A Transição para o Trabalho Livre e a Pequena Propriedade no Espírito Santo*, denuncia a precariedade dos dados estatísticos e das fontes. Em função dessa flagrante situação, as alusões à presença do negro se concentram em meados do século XIX, o que não anula a influência negra na formação do povo capixaba.

⁶ Remeto à obra: *Negros do Espírito Santo*, de SANTANNA, Leonor Araújo; OSÓRIO, Carla; BRAVIN, Adriana., publicado em 1999.

CONCLUSÃO

A Capitania do Espírito Santo pode ser caracterizada, num sentido amplo, pela ocorrência de fluxos migratórios populacionais, comerciais e de crescimento econômico sazonal, o que por muitas vezes explica a natureza fragmentada da historiografia capixaba, privilegiando a presença ora de cristãos-novos, ora de jesuítas, ora de italianos, mas nunca abordando os diversos segmentos formadores da sociedade capixaba desde o estabelecimento da Capitania com Vasco Fernandes Coutinho.

Analisar a história do Espírito Santo é tarefa das mais estimulantes, não somente pelas lacunas historiográficas e a dispersão de fontes históricas, mas também pela riqueza da cultura, marcada pela presença de índios bravios e mulheres atuantes, como Luísa Grimaldi e Maria Ortiz, bem como pelo relativo abandono de sua história pela historiografia nacional.

Nós, estudantes de História da Universidade Federal do Espírito Santo, com a colaboração dos já consagrados historiadores capixabas, devemos resgatar nossas dívidas com essa história, partindo de um revisionismo não somente interpretativo, mas também metodológico, usando, como disse a professora Léa Brígida, um novo paradigma, no sentido de conhecer novos objetos e novas abordagens, e de fazer a releitura daquilo que já foi produzido.

Com isso, não estamos pretendendo fazer a apologia ao regionalismo, mesmo porque, em nossa concepção, a história é associativa, comparativa. É assim que o Espírito Santo deve ser estudado: com suas especificidades, inserindo-se na nação brasileira, embora a historiografia oficial nacional muitas vezes pretenda relegá-lo, em função de um desprestígio econômico forjado nas anticâmaras do poder polarizado entre Minas, São Paulo e Rio de Janeiro.